



TERRITÓRIO E IDENTIDADE QUILOMBOLA EM SÍTIO VEIGA, QUIXADÁ, CEARÁ

*Francisca Naiara Pinheiro Fernandes¹
Secretaria da Educação, Fortaleza, CE, Brasil*

*Antônio Roberto Xavier²
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de
Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Sociobiodiversidade e
Tecnologias Sustentáveis, Redenção, CE, Brasil*

*Edilberto Cavalcante Reis³
Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão
Central, Mestrado Interdisciplinar em História e Letras, Quixadá, CE, Brasil*

*Noélia Alves de Sousa⁴
Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão
Central, Mestrado Interdisciplinar em História e Letras, Quixadá, CE, Brasil*

Resumo: Objetiva-se demonstrar como se dão a resistência, a luta pela posse da terra e os processos de construção identitária por meio das práticas culturais materiais e

¹ Mestra em História e Letras (UECE); Especialista em História e Sociologia (URCA); Especialista em Gestão Pedagógica da Educação Básica (UAB-UECE); Graduada em História (UECE) e Graduada em Pedagogia (Unicesumar). E-mail: naiara_lice@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2011-1165>.

² Doutor e Pós-doutor em Educação (UFC); Pós-doutor em Educação (UFPB); Mestre em Sociologia (UECE); Mestre em Planejamento e Políticas Públicas (UECE); Especialista em História e Sociologia (URCA); Graduação em História (UECE); Graduação em Pedagogia (FAK). Professor permanente do Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS) e Professor do curso de graduação em Administração Pública presencial, ambos da UNILAB. É Líder do Grupo de Pesquisa GPS (Gestão de Políticas Sociais) da UNILAB/ICSA/CNPq. E-mail: roberto@unilab.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3018-2058>.

³ Doutor e Mestre em História Social (UFRJ); Graduado em História (UFC); Graduado em Teologia pela Faculdade Católica de Fortaleza e Graduação em Filosofia pelo Instituto Teológico Pastoral do Ceará. Professor Adjunto do Mestrado Interdisciplinar em História e Letras (MIHL) e de Graduação em História (FECLESC-UECE). E-mail: edilberto.reis@uece.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3156-7387>.

⁴ Doutora em História Social (UFRJ); Pós-doutora em História (UERJ); Mestra em História (PUC-SP); Graduada em História (UFC); Professora associada da Universidade Estadual do Ceará. Tem experiência na área de História, com ênfase em História e Gênero, atuando principalmente nos seguintes temas: questões de gênero, história das mulheres, cultura feminina, educação feminina, maternidade, lazer, saúde pública e saúde da mulher. E-mail: noelia.alves@uece.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5047-3733>.



imateriais da Comunidade Quilombola Sítio Veiga, Distrito de Dom Maurício, em Quixadá, Ceará, Brasil, frente ao ideário eurocêntrico. Trata-se de uma pesquisa exploratória de estudo de caso etnográfico com abordagem qualitativa. Utilizaram-se a observação direta, o recurso da História Oral e as técnicas de entrevistas não diretivas. Empregou-se a análise do discurso no âmbito sócio-histórico e crítico contextual. Os resultados apontam para a identificação de manifestações culturais afro-brasileiras presentes nas práticas quotidianas dos saberes-fazeres de moradores da comunidade quilombola em estudo e de diversas lutas e resistências para a posse das terras e a valoração cultural identitária dos habitantes.

Palavras-chave: Comunidade quilombola; Identidade; Cultura; Memória; Sítio Veiga.

QUILOMBOLA TERRITORY AND IDENTITY IN SÍTIO VEIGA, QUIXADÁ, CEARÁ

Abstract: The objective is to demonstrate how resistance occurs, the struggle for land tenure and the processes of identity construction occur through the community's material and immaterial cultural practices Quilombola Sítio Veiga, Dom Maurício district in Quixadá, Ceará, Brazil, facing the Eurocentric ideal. It is an exploratory study of an ethnographic case study with a qualitative approach. Direct observation, the use of oral history and the techniques of non-directive interviews, image resources and primary and secondary written sources were used. Discourse analysis was used in the context of socio-historical and contextual criticism. The results point to the identification of Afro-Brazilian cultural manifestations present in the daily practices of the know-how of residents of the quilombola community under study, various struggles and resistances for land ownership and the cultural identity valuation of the inhabitants.

Keywords: Quilombola community; Identity; Culture; Memory; Sítio Veiga.

TERRITORIO E IDENTIDAD QUILOMBOLA EN SITIO VEIGA, QUIXADÁ, CEARÁ

Resumen: Se objetiva demostrar cómo la resistencia, la lucha por la tenencia de la tierra y los procesos de construcción de la identidad ocurren a través de las prácticas culturales materiales e inmateriales de la Comunidad Quilombola Sitio Veiga, Distrito de Dom Mauricio, en Quixadá, Ceará, Brasil, frente al ideal eurocéntrico. Se trata de un trabajo exploratorio de un estudio de caso etnográfico con enfoque cualitativo. Se utilizaron la observación directa, el uso de la Historia Oral y las técnicas de entrevistas no directivas, como también recursos de imagen y fuentes escritas primarias y secundarias. Se empleó el análisis del discurso en el contexto de la crítica sociohistórica y contextual. Los resultados apuntan a la identificación de manifestaciones culturales afrobrasileñas presentes en las prácticas cotidianas del saber hacer de los habitantes de la comunidad quilombola en estudio, diversas luchas y resistencias por la tenencia de la tierra y la valoración de la identidad cultural de los habitantes.

Palabras clave: Comunidad quilombola; Identidad; Cultura; Memoria; Sitio Veiga.



TERRITÓRIO ET IDENTITÉ DE QUILOMBOLA À SÍTIO VEIGA, QUIXADÁ, CEARÁ

Résumé: L'objectif est de démontrer comment la résistance, la lutte pour le régime foncier et les processus de construction identitaire se déroulent à travers les pratiques culturelles matérielles et immatérielles de la communauté Quilombo Sítio Veiga, district Dom Maurício, à Quixadá, Ceará, Brésil, contre les idées eurocentriques. Il s'agit d'une étude exploratoire d'une étude de cas ethnographique avec une approche qualitative. L'observation directe, l'utilisation de l'histoire orale et les techniques d'entretiens non directifs, les ressources d'images et les sources écrites primaires et secondaires ont été utilisées. L'analyse du discours a été utilisée dans le contexte de la critique socio-historique et contextuelle. Les résultats pointent vers l'identification des manifestations culturelles afro-brésiliennes présentes dans les pratiques quotidiennes du savoir-faire des habitants de la communauté quilombola étudiée, diverses luttes et résistances pour la propriété foncière et la valorisation de l'identité culturelle des habitants.

Mots-clés: Communauté de quilombola; Identité; Culture; Mémoire; Sítio Veiga.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente texto – em formato de artigo científico – parte do pressuposto de que existe a necessidade de se pesquisar e trazer à tona estudos que abordem temáticas sobre o reconhecimento das identidades quilombolas de forma geral e local. Nesse sentido, por meio deste estudo realizado na Comunidade Quilombola Sítio Veiga, podemos compreender como se deu a conquista, ocupação e posse do território dessa comunidade, bem como a preservação e manutenção identitária através das práticas culturais *in loco*.

Inicialmente deixamos posto que território e identidade não podem ser pensados de maneira separada contextual e conceitualmente, pois os dois estão interligados. Para alguns autores, uma população, coletividade, grupo social e/ou comunidade só podem/devem ser vistos a partir de uma rede complexa que envolve relações, riquezas e articulações sociais, que se expressam através de suas identidades, e estas não estão isentas de tensões ou conflitos. No caso dos habitantes da Comunidade Quilombola Sítio Veiga, o sentido de território está vinculado com a identificação deles com a terra. Diante disso, é algo indissociável dar visibilidade a essa comunidade, pois se trata de uma maneira de lutar, preservar e manter os laços do legado ancestral e cultural de geração para geração.



De acordo com o Programa Brasil Quilombola (BRASIL, 2007),⁵ a identidade de um quilombo se define pela existência vivida e as versões compartilhadas de sua trajetória comum e da comunidade como grupo. Trata-se, portanto, de uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados

[...] compreender a origem da história do quilombo tem sua relevância, pois seu significado estabelece relações de uma identidade construída historicamente pelos povos africanos que deixaram o seu legado e ensinamentos para seus descendentes no mundo. Uma história marcada não só pela luta, mas também pelo amor à terra e respeito aos ensinamentos dos seus ancestrais, dos rituais de passagem perpetuados nas reminiscências de suas memórias (CUNHA; SILVA; VASCONCELOS, 2019, p. 913).

Pesquisar as Comunidades Remanescentes de Quilombos põe em evidência não somente questões étnicas e culturais, mas também abre espaço para o debate político-social de políticas públicas voltadas a atender às necessidades básicas de representação de um estado social de direito que zele pela isonomia e equidade entre seu povo.

A palavra Quilombo (kilombo) tem suas origens nos povos de línguas bantu, especificamente dos grupos Luanda, ovimbundu, mbundu, kongo, imbangola, dentre outros, cujos territórios se dividem entre Angola e Zaire. Esse termo envolve diversas simbologias e expressões linguísticas, que vão desde rituais dramáticos de iniciação que os retiram de sua linhagem e os integram a grandes guerreiros preparados para enfrentar qualquer inimigo (CUNHA; SILVA; VASCONCELOS, 2019, p. 913).

Antes de apresentarmos o Sítio Veiga, faremos um breve relato sobre a ocupação de terras quixadaenses, uma vez que, a priori, estas foram ocupadas por povos indígenas, como todo o estado cearense; originalmente a região do Sertão Central foi habitada pelos índios Kanindé e Jenipapo, povos indígenas que habitavam a faixa sublitorânea dos atuais estados do Rio Grande do Norte e Ceará (XAVIER; VASCONCELOS, 2018).

QUILOMBO SÍTIO VEIGA: LOCALIZAÇÃO E OCUPAÇÃO TERRITORIAL

⁵ “O Programa Brasil Quilombola (PBQ) foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. O Plano é base da Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em quatro eixos: Acesso à Terra, Infraestrutura e Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local e Direitos e Cidadania” (BRASIL, 2018, p. 1).



Com a colonização portuguesa, a pecuária foi implementada no Ceará como uma das principais atividades econômicas. Os colonos que aqui chegaram utilizaram mão de obra livre e escrava, sobretudo negros, que chegaram aqui com a intenção de desbravar e povoar a região.

Ainda que limitado, o trabalho escravo também vigorava nas grandes (como as fazendas Combate, Califórnia, Areias e Casa Forte) e pequenas propriedades rurais. Predominava, no entanto, o trabalho livre, desempenhado pelo caboclo, resultado da mestiçagem do índio com o branco. Segundo o historiador Francisco Fabiano de Sousa, constavam em 1871, 417 cativos no livro de registro de escravos de Quixadá (feito com vistas à formação do Fundo de Emancipação). Um ano antes da libertação dos escravos no Ceará (1884), o livro apontava a existência de 11 escravos. O censo de 1872 afirmava que 6,5% da população quixadaense era formada por escravos (SANTOS; VIEIRA; CASTELO, 2011, p. 48).

Mesmo com o número pequeno de escravos na cidade, sabemos que inegavelmente o trabalho escravo foi utilizado nessas terras e seus reflexos podem ser encontrados nos dias atuais. O pioneirismo cearense na abolição dos escravos, que fez de nossa terra a “Terra da Luz”,⁶ gerou um grande mito em torno desse fato histórico. O negro, como sujeito histórico, praticamente foi banido dos anais, motivo por que falar sobre o Sítio Veiga é uma oportunidade de mudarmos a história e ouvir aqueles que têm vozes e rever a figura do negro na história cearense.

[...] assim o relato histórico ouvido faz acreditar que o olho escreve, o que induz a conferir primazia a percepção, a oralidade sobre a escritura, que é secundária. Quando o ver falha, resta a possibilidade do recurso ao que se ouviu dizer, o que ainda confirma a supremacia da oralidade (DOSSE, 2003, p. 16).

E é nessa oralidade que nos baseamos para apresentar o Quilombo Sítio Veiga, visto que dados oficiais são poucos, raros até, mas há muitos relatos de pessoas comuns que vivem o dia a dia na luta por equidade social. A História Oral tem evidenciado a história das minorias. Por meio dela, as narrativas antes “silenciadas” têm ganhado vozes.

[...] desde o início é preocupação da história oral com o compromisso social, marcada pela ‘voz dos excluídos’, revelação de aspectos desconhecidos, ocultos e desviados, não expressos nos documentos oficiais e escritos, e, sobretudo, a denúncia de sofrimento extremo de grupos maltratados por situações variadas. Todos os itens indicados não ocultam a intenção de gerar atitudes políticas instruídas através da experiência das pessoas que viveram processos repressivos ou exclusão social [...] (MEIHY; HOLANDA, 2011, p. 78).

⁶ Título dado por Jose do Patrocínio, jornalista e abolicionista brasileiro do século XIX, pelo fato de a província ter abolido a escravidão de suas terras em 1884, quatro anos antes da Lei Áurea, em 1888.

A História Oral, ao longo das últimas décadas, tem se tornado um recurso primordial na produção de pesquisas acadêmicas. Essa credibilidade vem sendo construída por meio da concepção de que a história é feita por sujeitos sociais, que apresentam testemunhos vivos de suas experiências e práticas culturais, e cada sujeito é único, cada narrativa é pessoal, e é essa exclusividade que torna a pesquisa uma descoberta fascinante (XAVIER, 2010).

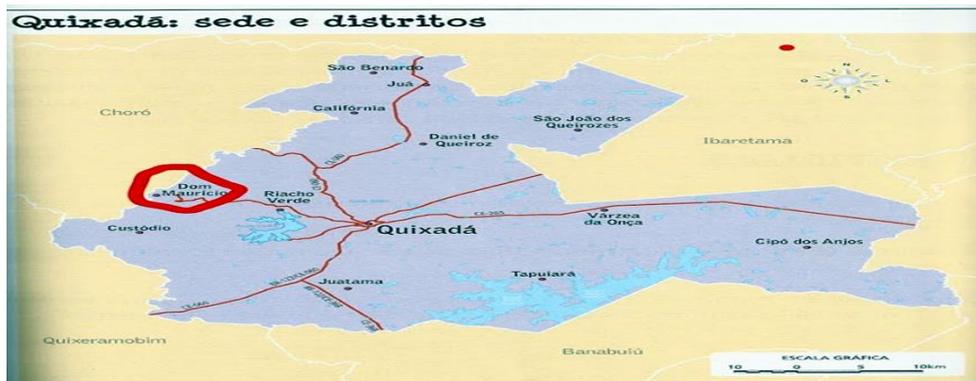
Figura 1: Entrada do Quilombo Sítio Veiga



Fonte: Autoria própria (2019).

O Sítio Veiga é um território que possui características dos antigos quilombos brasileiros – situados em terras afastadas e de difícil acesso, o que dificultaria sua captura – o qual se localiza no semiárido cearense, um verdadeiro oásis no sertão. A história do Sítio Veiga se confunde e se imbrica com a do Distrito de Dom Maurício, conhecido popularmente como Serra do Estêvão. Fica a 25 quilômetros de Quixadá, uma pequena cadeia montanhosa com 24 quilômetros de comprimento e 10 quilômetros de largura, bastante sinuosa, o que proporciona um cenário paradisíaco no meio do semiárido cearense, com clima tropical quente semiárido. Na serra, pode-se desfrutar de temperaturas amenas. A nascente do Rio Sitiá também está lá situada, rio que teria dado origem e desenvolvimento à cidade de Quixadá.

Figura 2: Mapa do município de Quixadá, Distrito de Dom Maurício e Quilombo Sítio Veiga



Fonte: Retalhos de Quixadá (2019).

A Comunidade de Dom Maurício (Serra do Estêvão) ganhou fama após a chegada dos monges beneditinos, que tornaram a serra um lugar belo e aprazível para se morar e repousar, conforme pode ser atestado por quem a visita, sobretudo após a construção do mosteiro de Santa Cruz, liderado pelo monge beneditino de origem tcheca chamado Maurício Prickzy (Dom Maurício). Nessa construção, temos um templo e uma escola, o Colégio São José, com acomodações com dormitórios, refeitórios, salão de festa, etc. Rachel de Queiroz chamava aquele lugar de casa de repouso, consoante Santos, Vieira e Castelo (2011).

É comum dar nomes a lugares de seus pioneiros desbravadores. Nas conversas informais com moradores a respeito do uso do termo “Estêvão”, pouco se sabe; alguns dizem ser o nome do primeiro morador da serra, mas não temos registros oficiais. Segundo relatos de alguns moradores do Sítio Veiga, Estêvão teria sido um escravo fugido do Rio Grande do Norte que veio fixar moradia na serra, quem iniciou a povoação desse território; os demais moradores não confirmam essa versão: dizem apenas que Estêvão foi um dos primeiros moradores, porém não sabem sua procedência. A falta de dados mais “concretos” não nos permite afirmar que Estêvão tenha realmente existido: nem ele, Rômulo ou Remo; o que existem são relatos e histórias que fazem sentido para uns, e não para outros.

Sobre a ocupação do Quilombo Sítio Veiga, deu-se com a chegada de seus ascendentes oriundos do Rio Grande do Norte: duas famílias deram origem a essa comunidade: a família Ribeiro e a família Eugênio, que chegaram por aqui por volta de 1906 em busca de melhores condições de trabalho e também fugindo de seus ex-patrões. Não temos fontes suficientes que comprovem a descendência escravista dessas famílias, contudo, pelos traços étnicos, práticas culturais, lutas e resistências presentes nos relatos dos habitantes de Sítio Veiga, compreendemos que esse passado é comum a famílias negras no Brasil.



A luta e a resistência negra, individual e coletiva, por liberdade, legitimidade e reconhecimento de seus direitos de obtenção do título definitivo das terras dos seus territórios, atravessam o pós-abolição imediato e se mantêm presentes nas escaladas propugnadas pelo Estado neoliberal contemporâneo. A transversalização dos interesses articulados no Estado, seja no período do império, o qual se ocupou com as garantias de manutenção do monopólio das terras no imediato pós-abolição, seja no final dos anos de 1960 aos anos de 1970, marcados pelas opressões da ditadura militar aos territórios de identidades indígenas, negras e camponeses, seja no contemporâneo, demarcado pelas especulações por demandas de áreas nos territórios das identidades instrumentalizadas, informa resistências (OLIVEIRA; SILVA, 2020, p. 320-321).

No caso do Sítio Veiga, a união das famílias Ribeiro e Eugênio constitui o núcleo familiar da Comunidade no Sítio Veiga. Moreno (2014) descreve como a rede de parentesco entre essas duas famílias foi fundamental para o processo de formação e distribuição do território quilombola e para a preservação de seus traços distintivos, principalmente referentes às suas práticas culturais. Moreno (2014, p. 11) destaca em sua pesquisa como se deu a ocupação do Sítio Veiga.

Segundo contam os ‘mais antigos’, esse negro era liberto nas terras que habitava e por algum ‘causo’ que não saberiam precisar houve essa fuga. Dessa forma, Chiquinho Ribeiro e sua esposa, Dona Maria Fernandes da Silva, vieram com 6 filhos residir na localidade de Dom Maurício, como agregado da família Enéas. A disposição atual do território ainda nos remete a um contexto de fuga, pois as casas foram construídas na parte de baixo do terreno, como se estivessem dentro de buracos, o que dificulta a estadia nos tempos de chuva. Em 1930, com o dinheiro do seu trabalho, seu Chiquinho Ribeiro consegue comprar uma faixa de 180 braças de terras da família Holanda, passando a chamar de Sítio Sorocaba. Ao longo do tempo, a família foi crescendo, os casamentos acontecendo, e a família Ribeiro passou a ocupar outras áreas no entorno do Sítio Sorocaba com atividades produtivas. Os filhos de seu Chiquinho casaram com os residentes negros ‘mais antigos’ do local, forjando laços solidificados através de sucessivas gerações, iniciando assim a união entre duas famílias tradicionais negras. É importante destacar, que anteriormente à vinda da família Ribeiro, já existia na Serra do Estevão ocupação negra.

Através desta pesquisa, entendemos que no Sítio Veiga já existiam negros residentes antes da chegada das famílias oriundas do Rio Grande do Norte. Os Ribeiro e os Eugênio vieram e aumentaram o quantitativo de negros nessa região, o que pode confirmar que a Serra do Estevão seria mesmo um refúgio para ex-escravos.

Na maioria das comunidades remanescentes de quilombo, podemos perceber alguns traços que as unem e que as tornam ligadas por elementos que lhes são comuns, no que tange a manifestações religiosas e culturais, bem como no que tange à maneira



como se organizam e ao uso coletivo e individual das terras. Em geral, essas comunidades se originam de uma ou duas famílias e se desenvolvem através de uniões consanguíneas. Outro fator em comum é o plantio de produtos de agricultura de subsistência, tais como: arroz, feijão, milho, mandioca e leguminosas, além da criação de aves e suínos. É perceptível também o trabalho em comum e solidário, ademais de um vasto conhecimento sobre ervas medicinais e seus usos.

Além disso, outro traço em comum são as tensões geradas pela falta de titulação e posse de suas terras, impedidas de serem desfrutadas pelos interesses econômicos locais de grandes fazendeiros. A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa, força e resistência cultural (ALMEIDA, 1998).

No caso do território Sítio Veiga, muitas práticas culturais indelévels estão presentes, a exemplo da Dança de São Gonçalo, como elo cultural e único na região, que dá aos moradores características peculiares na devoção ao santo; da organização da comunidade, que é liderada em sua grande maioria por mulheres, sendo mulheres quilombolas as detentoras dos saberes tradicionais, das rezas, da medicina natural e das comidas típicas; da origem através dos Ribeiro e Eugênio; do uso coletivo e individual das terras; do cultivo das roças; e da criação de pequeno porte. A Casa de Sementes Pai Xingano é um exemplo do aproveitamento das sementes: lá são recolhidas o que eles chamam de sementes crioulas, uma espécie de reserva de grãos selecionados, sem interferências genéticas, para manter uma produção sustentável e para que não haja escassez de alimentos em suas casas (CUNHA; SILVA; VASCONCELOS, 2019).

DE NEGROS AGRICULTORES A AGRICULTORES QUILOMBOLAS

Pelos relatos coletados na pesquisa, percebemos que a constituição da identidade quilombola no Sítio Veiga foi construída aos poucos. Os moradores de Veiga, a princípio, não se enxergavam como remanescentes de quilombos. A primeira pessoa a cogitar essa ancestralidade através de suas observações do jeito de ser e de viver da comunidade foi um pároco da comunidade, o Padre Miguel. A comunidade do Veiga, em sua maioria, é cristã, composta por católicos e protestantes. É nesse ínterim que surge uma personagem importante na história da formação da identidade do povo do Quilombo Sítio Veiga, o Padre Miguel, que, ao observar as características físicas dos habitantes da comunidade e



seus modos de vida e ao ouvir as histórias do povo, passou a ter um interesse maior pela história da comunidade e começou a reunir argumentos que justificavam a entrada de um pedido para o reconhecimento como remanescentes quilombolas para os habitantes de Sítio Veiga. Sobre isso, Ana Maria Eugênio Silva (2019, entrevista I), líder comunitária do Sítio Veiga, esclarece:

O Padre Miguel foi uma pessoa muito importante para a comunidade. Primeiro que ele visitava todo mundo, não só pessoas católicas, as pessoas que fossem evangélicas tinham o mesmo carinho do Padre Miguel. O Padre Miguel, diferentemente dos demais padres, sempre procurou fazer parte da vida ativa das comunidades, não só aqui do Quilombo Sítio Veiga, mas também de outras comunidades. Na época, a gente se denominava Comunidade Sítio Veiga; ele sempre chamava a atenção para as características quilombolas, tipo assim: como ele trabalhou 33 anos em São Luís do Maranhão – ele trabalhava lá com muitas comunidades negras e comunidades quilombolas –, ele já sabia um pouco sobre isso e, quando ele nos conheceu, ele dizia assim: ‘Vocês parecem muito com um quilombo: características físicas, o jeito de ser, de viver, todo mundo da mesma família, o casamento entre parentes’. E outra coisa que eu me lembro que ele sempre falava era sobre a Dança de São Gonçalo. Quando ele olhou os passos da dança, o ritmo, ele disse: ‘Nossa! Isso parece muito com os passos de uma dança africana’. Então, ele falava muito sobre isso e foi através dele que eu entrei nas CEBs, que são as Comunidades Eclesiais de Base da igreja católica, vinculadas à teologia da libertação. Então, isso me ajudou muito a enxergar também, só que naquele período eu não enxerguei, eu vim enxergar mais adiante, né? Infelizmente, depois que ele morreu, nós conhecemos através da Adaleia, que é uma companheira nossa lá da época do Dom Hélder, e ela conhecia o movimento quilombola no estado do Ceará, e falou para a gente, aí nós passamos a participar dos encontros, passamos a conversar com o pessoal e a partir daí foi o processo.

Padre Miguel, já falecido, é sempre lembrado com carinho pelos moradores do quilombo, pois foi quem despertou neles essa “nova identidade”; alguém “de fora” viu neles características que eles mesmos desconheciam. Depois de algum tempo, eles foram se percebendo como remanescentes de quilombos, ao terem contato com outras comunidades quilombolas do Ceará, assim puderam ir se identificando cada vez mais.

Entender o processo de construção da territorialidade e identidade no Quilombo Sítio Veiga nos leva a refletir sobre o papel do Estado na definição dos direitos pertencentes a essas populações. A comunidade foi reconhecida em 2009 e já se passaram dez anos sem que a titulação dessas terras seja ainda uma realidade para a comunidade. “O território é a base primeira de qualquer identidade cultural. A partir dele constroem-se referentes simbólicos e relatos históricos que permitem a um grupo humano compartilhar as mesmas tradições e expressões culturais” (URRUTIA, 2009, p. 178).



Diante disso, cabe suscitar, porém, o seguinte questionamento: “O que é o território e a sua relação com o conceito de identidade?”. O termo possui diversas significações nas mais diversas áreas do conhecimento, mas, segundo Haesbaert (1999), essas identidades construídas a partir do território, tanto simbólico quanto concreto, deverão ser compreendidas como identidades territoriais. Nessa mesma linha de pensamento, Medeiros (2009, p. 217) destaca que “O território é um espaço de identidade ou pode-se dizer que é um espaço de identificação”. De acordo com o geógrafo Sack (1986), o território incorpora as projeções simbólicas à medida que o ser humano o preenche com suas vivências e afetividades e o organiza segundo suas caracterizações culturais.

As dificuldades que as comunidades quilombolas enfrentam para suas reivindicações de forma organizada são as mais diversas, indo da negação de identidade por parte de alguns membros à falta de representação política nas esferas federal, estadual e municipal. Em decorrência disso, somados à falta de vontade política e burocracia, os processos de regularização fundiária seguem se arrastando por longos períodos sem que sejam tomadas as devidas providências para suas execuções.

Nessa perspectiva, faz-se necessária a utilização de uma das principais armas encontradas por essas comunidades, que reside na união e organização. Esse processo de união e organização é uma maneira de resistir e enfrentar os obstáculos a serem transpostos na afirmação dessas identidades.

O sentimento de pertença na Comunidade Sítio Veiga pode ser observado através de laços consanguíneos, do trabalho coletivo, da tentativa de preservação dos saberes e costumes e da utilização coletiva dos bens materiais e imateriais. Em alguns momentos da coleta das informações, quando buscávamos resgatar as memórias dos mais velhos sobre o dia a dia da comunidade antes do reconhecimento como quilombolas, vários depoimentos muitas vezes acabavam com um silêncio ensurdecedor. Cremos que situações traumáticas poderiam estar sendo revisitadas, pois esses silêncios não eram devido a esquecimentos, talvez devido a sentimentos de vergonha, raiva de contar aquilo, limitando o que poderia ou não ser dito.

O Sítio Quilombola do Veiga possui mais de 100 anos de história, sendo a maioria das fontes repassadas através da oralidade, a exemplo da sua identidade, como foi sendo construída a partir dos processos históricos desde a chegada dos pioneiros, os Eugênio, que desconhecemos os motivos de sua mudança, da preservação da Dança de São



Gonçalo, dos costumes repassados e do reconhecimento de sua identidade negra quilombola. Sobre esse último aspecto, Arruti (2006, p. 285) assim se posiciona:

[...] a expressão ‘se assumir’ revela como, ainda que uma pessoa disponha de todas as características substantivas para ser incluído no rótulo de remanescentes, é preciso que ela opte por isso para que tal identificação se efetive... é preciso ‘estar na luta’. Da mesma forma, o inverso é quase sempre verdadeiro: mesmo que uma pessoa não possua todos os critérios substantivos, se ela ‘se assumir’, isto é, ‘estiver na luta’, ela é aceita pelo resto do grupo sob aquele rótulo.

De acordo com os conceitos antropológicos atuais, os grupos étnicos não são definidos apenas por questões biológicas ou raciais, nem por critérios culturais afins, os critérios atuais seriam de identificação. Para Barth (1969), um grupo étnico é, portanto, um tipo de organização social específica em que seus membros se autoidentificam e são identificados como tais pelos outros.

O Relatório Técnico de Identificação e Delimitação elaborado pela equipe técnica do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), citado por Marques (2012), conclui que: no caso da comunidade de remanescentes de quilombos Sítio Veiga, as principais marcas identitárias estabelecidas pelo grupo são: a descendência de famílias de ex-escravos e o pertencimento a um território de herança deixado por seus ancestrais. Marques (2019, p. 219) recomenda:

[...] proceder com as demais fases do processo de regularização do território, garantindo a esta comunidade quilombola a recuperação e a propriedade efetiva de um território, de uso coletivo, capaz de assegurar a preservação e a subsistência digna do grupo. Somente após todos esses passos e, principalmente após a titulação e a desintração dos não quilombolas, é que a comunidade poderá sentir-se livre para se reproduzir material e simbolicamente.

Esse relatório foi elaborado em 2011, ocasião em que os técnicos e antropólogos do Incra passaram algumas semanas na comunidade, entrevistando os membros da comunidade e observando a vida deles, com isso puderam ao final elaborar um parecer positivo a respeito do pertencimento étnico dessa comunidade e ainda complementaram pedindo a legalização e posse de suas terras, o que ainda infelizmente não foi possível (MARQUES, 2012).

TRAJETÓRIAS DE LUTA PELO RECONHECIMENTO DA TERRA DO QUILOMBO SÍTIO VEIGA



Segundo o Incra, órgão responsável pelo reconhecimento e regularização das terras quilombolas, menos de 7% das terras reconhecidas como quilombolas estão regularizadas no Brasil. Sem a certificação, essas áreas ficam sem poder receber ajuda e recursos públicos, além de se tornarem alvos da ação de grileiros e outros. Sendo assim, o decreto-lei que seria um grande avanço para essas comunidades no que tange ao seu reconhecimento esbarra no não prosseguimento do decreto, que trataria sobre a titulação dessas terras. Apesar da confirmação da constitucionalidade através do Decreto nº 4.887, de fevereiro de 2019, isso ainda não foi materializado, pois, segundo dados do governo, o orçamento para a realização dessas titulações tem caído vertiginosamente. Em 2013, o orçamento gerava em torno de 42 milhões de reais, tendo sido reduzido para um milhão em 2018. Esse valor é irrisório para suprir toda a demanda de terras a serem tituladas (MARQUES, 2012).

Diante dessa perspectiva identitária, que tem estreita relação com a questão da territorialidade, as comunidades quilombolas são circunscritas e estabelecem íntima relação vital com seus territórios, denominados de diversas formas, tais como terras de preto, mocambos, entre outras. Essa perspectiva territorial é conceituada como o espaço territorial passado pelas várias gerações sem a adoção do procedimento formal de partilha e sem que haja posse individualizada.

Nesse período, pessoas que não moram mais no quilombo vêm visitar a comunidade e festejar junto com os seus num momento de confraternização. É comum alguns deixarem a comunidade por conta dos estudos e trabalhos. A não titularidade das terras faz com que investimentos públicos não cheguem à comunidade e obriga seus moradores a buscarem meios de sobrevivência fora do quilombo, mas o vínculo com a comunidade é mantido e estão por lá sempre que podem.

No Sítio Veiga, o processo de luta por certificação iniciou em 2001, quando alguns líderes locais criaram a associação e reivindicaram a remanescência quilombola, a partir daí toda uma organização, junto à Coordenação das Comunidades Quilombolas do Ceará (Cerquice) e outros órgãos, lutou para que o sítio recebesse reconhecimento, o que aconteceu em 2009; dez anos depois, o processo continua parado: nenhuma ação foi realizada para a titulação efetiva desse território, e a comunidade sofre com o descaso local por parte dos órgãos públicos municipais.



Antes, em 2001, contudo, a Comunidade do Veiga estava associada a uma organização comunitária que abrangia outras comunidades circunvizinhas da Serra do Estêvão, como Tanques e Bom Jardim. Então, a Comunidade do Veiga fazia parte dessa associação comunitária. Após a separação em 2009, o nome da associação foi modificado, contanto até o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) permaneceu o mesmo. Ana Maria Eugênio Silva (2019, entrevista II) explica como se deu essa mudança:

Foi muito difícil e complicado, porque na associação quilombola só podem ficar os quilombolas, então houve muito atrito. Assim, as pessoas ficaram chateadas porque não queriam sair da associação, enfim, mas aí depois todo mundo acabou compreendendo que na Associação Comunitária do Quilombo Sítio Veiga só podiam ficar os quilombolas, mas aí fizemos uma assembleia para explicar, mas foi bem complicado trabalhar esse processo, mas deu certo e, no final, todo mundo entendeu.

Pelo depoimento acima, vemos como se deu o processo de “separação” da antiga associação. O entendimento sobre a “nova” condição da Comunidade do Veiga não foi bem interpretado por todos, visto que alguns membros achavam que estes que agora se autorreconheciam como pertencentes a uma comunidade quilombola teriam certos “privilégios”, dos quais os demais não poderiam mais gozar. Vimos, todavia, que a situação foi contornada por meio das informações que foram repassadas com mais detalhes. A partir disso, a associação segue elegendo os seus presidentes por meio democrático do voto.

No Quadro 1, iremos expor os nomes e períodos dos mandatos dos presidentes da associação a partir de 2001. A liderança da associação é decidida através de eleições diretas, sendo até hoje assim:

Quadro 1: Presidentes da Associação Quilombo Sítio Veiga

Presidentes	Período dos mandatos
Antônio Estêvam da Silva	2001 a 2003 e 2003 a 2005
Antônio Lopes de Sousa	2005 a 2007
Eliézio do Nascimento	2008 a 2010
Antonio Lopes de Souza	2010 a 2012
Ana Maria Eugênia da Silva	2014 a 2016
Antonia Alzenir da Silva Ferreira	2016 a 2018 e 2018 a 2020

Fonte: Autoria própria (2021).

Em entrevista concedida por Antonia Alzenir da Silva Ferreira, atual presidente da Associação Quilombola do Sítio Veiga, ela discorreu um pouco sobre o que ocorreu



nos mandatos de cada representante acima, dando-nos, assim, um resumo das conquistas dos períodos, embora não tenha conseguido relatar precisamente, por questões de lapsos mnemônicos, em que época aconteceu cada fato. Ela nos contou o seguinte:

Antonio Lopes foi um grande representante aqui na comunidade. O mandato dele foi de 2005 a 2007, exatamente o período da luta pelo reconhecimento da comunidade como quilombo. Foi ele que começou a luta para a gente ser reconhecido como comunidade quilombola. Ele, junto com a Ana e o Padre Miguel, lutaram para esse reconhecimento, porque assim: quem primeiro percebeu que essa comunidade era uma comunidade remanescente quilombola foi o Padre Miguel. Então, a partir da luta dele, a gente começou a lutar por esse reconhecimento (FERREIRA, 2019, entrevista).

Constatamos que o engajamento do presidente Antonio Lopes, junto com outras lideranças locais e o pároco da comunidade, foi de grande ajuda na busca por definição de identidade. A experiência de Padre Miguel com outras comunidades de remanescentes de quilombos no estado do Maranhão ajudou a Comunidade do Sítio Veiga a se “enxergar” como remanescente de quilombo e a iniciar, a partir daí, sua luta por reconhecimento.

Esse presidente da associação foi bastante atuante na comunidade. Conforme Antonia Alzenir da Silva Ferreira (2019, entrevista), ele conseguiu alguns projetos que beneficiaram a comunidade e ajudaram a conquistar o reconhecimento como comunidade quilombola:

Assim, com muita luta, ele conseguiu cestas básicas. Também teve o Projeto Zumbi, que era um projeto de costura, que foi quando a gente conseguiu umas máquinas para a gente começar um empreendimento aqui na comunidade de geração de emprego e renda. Foram sete máquinas de costura que nós conseguimos. Ele corria muito atrás e a gente conseguiu. A gente queria muito isto, um projeto que pudesse gerar emprego, e aí a gente conseguiu essas máquinas. E muitos projetos aqui na comunidade sempre eram barrados, né? Algumas vezes era porque não tinha terras, outras vezes porque não tinha água ou, se não vinha, é porque a gente não tinha o reconhecimento da terra. Enfim, quase todos os projetos foram barrados. Aí, então, a gente tinha um grande sonho de costurar, né? A gente colocou na cabeça que a gente queria ter máquinas para começar uma produção, porque a maioria de nós aqui não sabe nem colocar uma linha na agulha da máquina, aí foi assim no período do Tonho que a gente teve essa possibilidade desse projeto.

O Projeto Zumbi foi de grande importância na comunidade, tendo sido uma das primeiras conquistas da comunidade como quilombo. A vinda das sete máquinas de costura deu ânimo novo à comunidade, que viu que a vida poderia melhorar através da união e do bem comum. As costuras gerariam um reforço extra na renda durante os



períodos de escassez. As mulheres puderam ampliar seus conhecimentos através dos cursos de corte e costura. Durante um período, aquelas “costuras” serviram bastante, mas, com o passar do tempo, a atividade foi sendo deixada de lado, pois as dificuldades na terra, com plantio e colheita, e as tarefas domésticas não lhes deixavam tempo para dedicação ao projeto; o mercado consumidor também não melhorava e seus produtos não podiam concorrer com a fabricação em larga escala das grandes indústrias têxteis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A propósito de considerações necessárias para reflexões acerca deste estudo, faz-se necessário não esquecer que no Brasil estima-se uma população quilombola de aproximadamente dois milhões de pessoas, ou 130 mil famílias, segundo a Conaq (2018). A maioria dessa população vive em áreas rurais, constituindo o que alguns autores chamam de roça negra. A distância dos grandes centros urbanos pode ser explicada pela necessidade de refúgio para os negros fugitivos do regime de escravização, que perdurou no país por mais de 300 anos (de 1530 a 1888).

Outra consideração inesquecível é o fato de que os direitos conquistados pelas minorias quilombolas até aqui são frutos de muitas lutas e resistências e requerem a assimilação de novas sociabilidades e identidades, sem se desprender das conquistas modernas. Quando nos deparamos com a questão territorial das comunidades quilombolas no Brasil e a política nacional de reconhecimento de territorialidades quilombolas, sabemos que derivam de um lento, desgastante e sofrido processo de organização e resistência política. A maioria dos povos negros quilombolas rurais luta pelo reconhecimento de suas terras, e os que já as têm lutam pela posse e manutenção desses territórios. Nesse sentido, podemos observar diversos aspectos, desde a autoafirmação de suas identidades até os discursos étnicos ligados a isso, sem esquecer que a construção de um território é uma construção histórica, bem como a luta para que direitos possam, enfim, ser desfrutados.

Nas comunidades de remanescentes quilombolas existem contextos que lhes são únicos, e é isso que dá peculiaridade e singularidade a cada uma. Pesquisar sobre o Sítio Veiga é adentrar num universo diferente, conhecer de perto a luta por suas terras e reconhecer o território como um espaço vital, unificador e legitimador de suas raízes,

sustentabilidade, enfim, seus aspectos sociais e culturais ampliam nossa visão de mundo e sociedade.

Através da pesquisa, pudemos revelar que as trajetórias de lutas por reconhecimento das comunidades quilombolas precisam ser interpretadas sob a óptica da etnicidade, pois, ao passo que existe todo um processo de demarcação de uma identidade que se constrói não só no campo político, como no social e cultural, por meio dele podemos perceber a afirmação da diferença em busca da igualdade de direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os quilombos e as novas etnias: é necessário que nos libertemos de definições arqueológicas. Vitória: ABA, 1998.

ARRUTI, José Maurício. Mocambo: Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru/São Paulo: *Edusc*, 2006.

BARTH, Fredrik. Ethnic groups and boundaries: the social organization of culture difference. London: *George e Allen & Unwin*, 1969.

BRASIL. *Programa Brasil Quilombola promove a cidadania das comunidades*. Brasília, DF: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2018.

CONAQ (org.). Racismo e violência contra quilombos no Brasil: terra de direitos. Curitiba: *Terra de Direitos*, 2018.

CUNHA, Fernanda Ielpo da; SILVA, Ana Maria Eugênio da; VASCONCELOS, José Gerardo Casa de Sementes Pai Xigano: um olhar para os saberes ancestrais do cultivo de sementes crioulas no quilombo Sítio Veiga, Quixadá-CE. *Revista Cocar*, Belém, v. 13, n. 27, p. 903-923, 2019.

DOSSE, François. A história. Tradução: Maria Elena Ortiz Assumpção São Paulo: *Edusc*, 2003.

FERREIRA, Antonia Alzenir da Silva. *Entrevista II*. 19 nov. 2019. Entrevistadora: dado suprimido para evitar identificação dos autores. Quixadá, 2019. mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e arquivada em acervo pessoal dos autores.

HAESBAERT, Rogério. Região, diversidade territorial e globalização. *GEOgraphia*, Niterói, v. 1, n. 1, p. 15-39, 1999.

MARQUES, José da Guia. *Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade remanescente de quilombo Sítio Veiga*. Fortaleza: Incra, 2012.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. 1.ed.-- São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008 (Geografia em Movimento).

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.



MORENO, Daniele Cristine Gadelha. A Dança de São Gonçalo na Comunidade Quilombola Sítio Veiga (CE). In: REUNIÃO EQUATORIAL DE ANTROPOLOGIA, 4., 2013, Fortaleza. *Anais* [...]. Fortaleza: Abanne, 2013.

OLIVEIRA, Rosy de; SILVA, Lilian Soares da. Território quilombola de cordoaria: exploração imobiliária e da resistência negra. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, Goiânia, v. 12, n. 34, p. 315-336, nov. 2020. ISSN 2177-2770. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/1140>. Acesso em: 31 mar. 2021.

SACK, R. D. *Human territoriality: its theory and history*. London: Cambridge University, 1986.

SANTOS, Lidia Noemia; VIEIRA, Maria Elia dos Santos; CASTELO, Sander Cruz. *Construindo Quixadá*. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2011.

SILVA, Ana Maria Eugênio. *Entrevista I*. 14 jan. 2019. Entrevistadora: dado suprimido para evitar identificação dos autores. Quixadá, 2019. mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e arquivada em acervo pessoal dos autores.

SILVA, Ana Maria Eugênio. *Entrevista II*. 10 set. 2019. Entrevistadora: dado suprimido para evitar identificação dos autores. Quixadá, 2019. mp3 (60 min.). A entrevista na íntegra encontra-se transcrita e arquivada em acervo pessoal dos autores.

URRUTIA, Jaime. Território, identidade e mercado. In: RANABOLDO, Claudia; SCHEJTMAN, Alexander (org.). *El valor del patrimonio cultural: territorios rurales, experiencias y proyecciones latinoamericanas*. Lima: IEP, 2009. p. 9.

XAVIER, Antônio Roberto. Fonte escrita, fonte oral e memória: a importância destes recursos na construção histórica. In: VASCONCELOS, José Gerardo *et al.* (org.). *História da educação: nas trilhas da pesquisa*. Fortaleza: UFC, 2010. p. 119-129.

XAVIER, Antônio Roberto; VASCONCELOS, José Gerardo. Povo Kanindé de Aratuba-CE: história, afirmação étnico-cultural e educação. *Revista Cocar*, Belém, v. 12, n. 24, p. 472-500, 2018.

Recebido em: 26/04/2021

Aprovado em: 02/06/2021